

APONTAMENTOS SOBRE A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELO HORIZONTE

Thiago Prisco¹

RESUMO

Este artigo discute a transversalidade de gênero na Assistência Social. Objetiva conhecer como se dá a transversalidade de gênero no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF da Assistência Social de Belo Horizonte. Para isso, realizou-se uma breve revisão bibliográfica sobre gênero e acerca de sua transversalidade para proceder à análise dos dados coletados a partir da aplicação de questionário aos/às trabalhadores/as de 17 Centros de Referência de Assistência Social de Belo Horizonte. Os resultados apontam que existe a intenção, por parte considerável dos/as trabalhadores/as, de executar a transversalidade, todavia, as ações não fazem parte de um planejamento estruturado pelo órgão gestor, e quando acontecem não há homogeneidade nas ações.

91

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Transversalidade de Gênero. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

1 Especialista em Gestão de Políticas Públicas com Foco em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Viçosa – UFV.

1 INTRODUÇÃO

O estudo de gênero vem ocupando lugar privilegiado entre os movimentos feministas e no meio acadêmico, devido ao seu reconhecimento como categoria analítica, diante da constatação de que a organização da vida social é pautada e mediada pelo gênero. Por meio da IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Pequim, 1995, elegeu-se uma estratégia para promover a igualdade e equidade de gênero, chamada na ocasião de *gender mainstreaming*, traduzida para o português como transversalidade de gênero. A partir de então, os governos nacionais, que ratificaram a plataforma, entre eles o brasileiro, assumiu o compromisso de transversalizar gênero nas políticas públicas com vistas a atingir os objetivos elencados na plataforma de ação desta conferência.

92

Por entender que o governo brasileiro, em seus diversos níveis, vem realizando a implementação da transversalidade de gênero, buscou-se por meio da presente pesquisa conhecer de que forma a transversalidade de gênero se apresenta no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF da Assistência Social de Belo Horizonte.

Justifica-se o estudo em razão de compreender que no estágio atual das políticas sociais, discutir a transversalidade de gênero se torna fundamental. A pesquisa é plausível, uma vez que buscoudesvelar a questão da transversalidade de gênero em uma política específica, com um recorte nos Centros de Referência de Assistência Social, que é considerado como a porta de entrada da política de Assistência Social. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF da Assistência Social de Belo Horizonte é um espaço privilegiado para a realização da pesquisa, uma vez que nele são atendidos/as pessoas que carregam consigo as marcas das desigualdades de gênero.

Espera-se, por meio desse estudo, fomentar o debate em torno dessa questão e apresentar os resultados coletados. A investigação deste assunto contribuiu para revelar questões relativas à transversalidade de gênero a fim de provocar o poder público a realizar investimentos nesta perspectiva e subsidiarações futuras nessa direção.

É válido mencionar que no campo das políticas públicas o estudo de transversalidades ainda ocorre de maneira incipiente e generalizada. Desta maneira, urge realizar um recorte dessa discussão na Assistência Social por meio da exploração e análise dessa temática.

A discussão de gênero nas políticas públicas é necessária e urgente, uma vez que: desigualdades de gênero são persistentes; mulheres estão em desvantagem em relação aos homens em todos os medidores sociais; a vivência da situação de pobreza e sua possível superação tem relação com o sexo das pessoas; algumas pessoas em razão de seu sexo ou orientação sexual encontram maiores dificuldades que outras para serem inseridas ou permanecerem no mercado de trabalho; homens possuem maiores rendimentos que mulheres e, conseqüentemente, gozam de maior prestígio social; o acesso a bens e serviços é desigual; existe uma clara e inquestionável desigualdade de posição e tomada de decisões na sociedade brasileira (PEREIRA *et. al.*, 2010). Logo, tais elementos se refletem nas políticas públicas e no modo que são operacionalizadas.

Através da pesquisa objetivou-se conhecer como se dá a transversalidade de gênero no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF da Assistência Social de Belo Horizonte, especificamente procurou-se perceber qual a apropriação que os/as técnicos/as do CRAS têm com a temática de gênero; conhecer se há a existência da transversalidade de gênero e de que forma ocorre no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; apreender se a transversalidade de gênero é uma prática institucional

ou se é iniciativa dos/as técnicos/as; observar se há formação complementar sobre gênero, e, em caso positivo, identificar quem é a iniciativa desta formação e em qual formato acontece, avaliar quais são os recursos disponíveis para trabalhar gênero e a natureza deles.

Diante dessa escolha foram utilizadas algumas categorias analíticas a fim de apreender e analisar o tema em estudo e ainda o que foi revelado por meio da aplicação do questionário. Assim como produzir novos conhecimentos consistentes e coesos com a abordagem empregada. Sendo assim, as categorias analíticas centrais para a produção da pesquisa foram: gênero e transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*).

Ademais, a pesquisa se coloca como contribuição aos demais pesquisadores do assunto no campo das ciências sociais e humanas e aos gestores e trabalhadores da Assistência Social.

94

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na atualidade, já é possível encontrar uma vasta literatura sobre gênero e, em desenvolvimento, uma significativa abordagem teórica acerca de sua transversalidade nas políticas públicas. Este artigo trata-se de mais uma contribuição para a temática, ou seja, uma tentativa de evidenciar como a transversalidade de gênero vem sendo concebida e executada por profissionais encarregados desta função.

Para iniciar uma discussão sobre gênero é impreterível compreender a ideologia que provocou os/as estudiosos/as do tema para esta questão. De acordo com Giffin (1991, p. 190-191).

Antes do ressurgimento do movimento feminista na década de 60, a identidade feminina e a condição social da mulher eram referidas a fatores biológicos: estatura menor, menor força muscular, as dimensões do cérebro e o processo

reprodutivo que “enfraquecia” caracterizavam a chamada “inferioridade biológica da mulher” [...] conceito aceito tanto no discurso científico como na sociedade em geral. Na mulher feita para ser mãe (ter um útero significa parir) via-se uma correspondência perfeita entre atributos físicos e funções sociais.

Scott (1995), ao estudar a categoria *gênero*, afirma que esta palavra foi cunhada pelas feministas do século XX para se referir à forma de organização social da relação entre os sexos e para trazer destaque às distinções baseadas no sexo como fundamentalmente social, uma forma de se contrapor ao determinismo biológico. Sendo assim, a expressão “gênero”, se colocou como uma tentativa do feminismo de revelar a incapacidade das teorias até então produzidas de explicar as desigualdades persistentes entre homens e mulheres na sociedade, que, de alguma forma, não recusavam claramente de modo contundente a naturalização da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino. Desta forma, gênero aparece como contraponto à teoria da distinção biológica, gênero e sexo como coisas distintas.

95

Bandeira e Almeida (2013, p.37), contribuem com a construção do conceito de gênero, à medida que informam que ele

[...] surgiu como uma forma de distinguir as diferenças biológicas das desigualdades socioculturais e transferiu o olhar para mulheres e homens como segmentos isolados para o olhar que se fixa nas relações interpessoais e sociais, por meio das quais homens e mulheres são mutuamente constituídos como categorias desiguais (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013, p.37).

Scott (1995), ao organizar sua teoria sobre gênero, além de percebê-lo como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, o compreende como um significante de poder.

Ampliando esta análise, Louro (1997) esclarece que durante muito tempo parte do feminismo utilizou-se da fórmula homem dominante x mulher dominada para tratar das relações de poder, como se não houvesse nenhum confronto entre esses polos. Desconsiderando que “[...] homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há, constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças”. (LOURO, 1997, p. 39-40). Nesta lógica, os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder.

Por conseguinte, Butler (2003) avalia que é preciso compreender que é por meio das mesmas estruturas de poder, que funcionam como instrumento de repressão, que se busca a emancipação das mulheres na sociedade.

Entendendo que é no âmbito das relações sociais que os gêneros são construídos, pode-se dizer que é nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação que se constroem os gêneros, sendo, desta forma um conceito contextualizável e histórico (LOURO, 1997).

Sobre essa questão, Butler (2003, p. 20) acrescenta que “[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, [...] estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”.

A compreensão de gênero como categoria social possibilitou alguns avanços no campo dessa discussão, uma vez que na década de 1990 os governos nacionais assumiram o compromisso de realizar enfrentamentos, por meio das políticas públicas, para combater as desigualdades de gênero. Deste modo, na IV Conferência Mundial das Mulheres que ocorreu no ano de 1995, em Beijing, foi formulado e aprovado um documento, intitulado “Plataforma de Ação”, que

registrou importantes avanços para as mulheres e foi definida a equidade de gênero como meta a ser alcançada pela sociedade, constituindo-se em responsabilidade para os governos signatários. Adotou-se para isso o princípio *gender mainstreaming*, traduzido para português como transversalidade de gênero (LISBOA, 2010).

Todavia, tal documento não explicou claramente o que se espera por *gender mainstreaming*, o que gerou e ainda gera uma ausência de consenso sobre o termo, impedindo procedimentos nivelados para alcançá-lo (SARDENBERG, 2010).

Somados às dificuldades de concepção do termo *gender mainstreaming*/transversalidade de gênero e à limitação no número de estudos que exploram a temática e que a aprofundam conceitualmente, estão, como observa Sardenberg (2010) “os desafios metodológicos encontrados no processo de se traduzir a perspectiva de gênero do plano teórico para ações de intervenção mais eficazes”. Apesar dessas dificuldades conceituais, Sardenberg (2010) nos direciona para compreender a equidade de gênero e a igualdade de direitos para as mulheres como objetivo da transversalidade de gênero,

Silva (2011) contribui com a questão da transversalidade entendendo-a como instrumento gerencial e de intervenção social, ao passo que Costa e Porto (2012) compreendem-na como mecanismo para garantir a cidadania, por conseguinte, Sardenberg (2010) infere que o objetivo da transversalidade é promover a promoção das mulheres.

Para o alcance dos objetivos da transversalidade de gênero, Bandeira (2005), assegura que é necessária a elaboração de uma nova matriz de competências, devendo responsabilizar os agentes públicos pela superação das assimetrias de gênero nas diversas esferas de governo, compreendendo que com essas ações a governabilidade se tornaria mais democrática e inclusiva em relação às mulheres.

A autora ainda ressalta que a transversalidade de gênero deve ser assimilada por todas as políticas públicas propostas pelo Estado, não ficando restrita a uma única secretaria ou ministério, devendo cada ação almejar o empoderamento das mulheres. Desta forma, “[...] transversalizar gênero no âmbito institucional implica em ‘ajustar’ as instituições para as mulheres, o que requer ‘sensíveis mudanças institucionais’ [...]” (SARDENBERG, 2010, p. 56).

Com isso, quer se dizer que o enfoque de gênero passará por todas as esferas de ação das políticas setoriais, que projetos e programas específicos sobre gênero deverão ser criados e, por fim, que também sejam criados programas para homens a fim de que sejam sensibilizados pelas questões das mulheres (SARDENBERG, 2010).

Bandeira (2005) explica a necessidade dessa nova matriz e da responsabilização dos agentes públicos a partir de uma crítica, dizendo que

a maioria das ações e dos programas governamentais ainda está ancorada na perspectiva modelar masculina, hierarquicamente vista como hegemônica, cujos conceitos políticos de suporte e os serviços e ações decorrentes são tidos como neutros com relação ao gênero. Portanto, a introdução da transversalidade de gênero significará uma ruptura radical no seio dessas políticas, pois contemplará a realização da democracia social através da participação com igualdade de oportunidades de mulheres e de homens no trabalho, na economia, na sociedade e na política (BANDEIRA, 2005, p. 36).

No âmbito do governo federal, como observa Natalino (2009), a dimensão da transversalidade surgiu, em 2003, na esfera da administração, como diretriz política para a formulação do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. E é nesse contexto que o governo federal instituiu secretarias especiais com objetivo de coordenar

ações voltadas para grupos minoritários, estando, entre elas, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). A partir de então, o governo federal cria um novo formato administrativo, no qual algumas secretarias ocupam o centro do poder, munidas de reduzida capacidade executiva própria, com enfoque transversal e objetivando transversalizar suas pautas com os demais órgãos do governo. (NATALINO, 2009).

Pereira et. al. (2010, p. 429-430), apresentam três argumentos que corroboram com a discussão acerca da transversalidade de gênero nas políticas públicas, sendo eles:

Em primeiro lugar, as desigualdades e a discriminação de gênero são problemas de maiorias (as mulheres representam cerca de 50% da população mundial). Em segundo lugar, existe uma desvantagem sistemática das mulheres em relação aos homens em quase todos os indicadores sociais. Em terceiro lugar, o sexo das pessoas condiciona fortemente a forma pela qual elas (e suas famílias) vivenciam a situação de pobreza e conseguem (ou não) superá-la. Há alguns processos e características que são comuns na pobreza de homens e mulheres, mas existem processos que afetam especialmente as mulheres, gerando desigualdades entre os pobres e barreiras para a superação dessa situação [...] (PEREIRA et. al., 2010, p. 429-430).

99

Diante de tais elementos, é plausível apontar o reconhecimento que a literatura contemporânea faz do gênero como categoria analítica da vida social e, conseqüentemente, da transversalidade de gênero como uma competência política, administrativa, institucional e social dos agentes públicos, independentemente da esfera onde estejam situados. Cabe, por conseguinte, observar como tem se apresentado a transversalidade de gênero no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF da Assistência Social de Belo Horizonte.

De acordo com Muniz (2011), a Assistência Social goza de *ethos* feminino, tendo forte vinculação com a esfera reprodutiva, desde a fase em que ainda não era uma política pública. É uma política em que as mulheres participam ativamente. Tal *ethos* reforça o lugar da mulher na esfera doméstica. O autor argui que

[...] ainda que a PPAS e o PAIF incorporem na pauta a questão do gênero, dos movimentos feministas e da SEPM, não conseguem romper com as contradições de gênero da sociedade, sendo o binarismo e a rigidez dos papéis sexuais reproduzidos de diferentes formas (MUNIZ, 2011, p.144).

100

Para Rodrigues (2011, p.122), “[...] levar em consideração a desigualdade vivida pelas mulheres diante dos homens, e incorporar o enfoque de gênero no estudo da Assistência Social são decisivos no âmbito da política social”, uma vez que são elas as principais usuárias desta política pública. A título de exemplo, sabe-se que do total de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família, 93% são chefiadas por mulheres e, destas, 68% são negras (MDS, 2014). Diante disso, Rodrigues afirma que “a Política de Assistência Social, tem assim, grandes desafios para contribuir com a promoção da igualdade entre mulheres e homens e combate à situação de pobreza feminina” (RODRIGUES, 2011, p.123).

As *Orientações Técnicas sobre o PAIF* elencam como público alvo da política de Assistência Social, entre outras, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres e famílias ou indivíduos que tenham vivência de discriminação, incluindo às de gênero (MDS, 2012).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é um serviço da Assistência Social que consiste no trabalho social com famílias. Visa prevenir a ruptura de vínculos, e direciona-se a famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo como objetivo o seu empoderamento e ampliação de sua capacidade protetiva, por

meio de ações voltadas para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e acesso a oportunidades e direitos. As ações contempladas no PAIF abordam aspectos objetivos e subjetivos, que, por sua vez, se relacionam à função protetiva da família e ao direito de conviver (MDS, 2012).

Ao estudar o desenvolvimento do trabalho com famílias no âmbito do PAIF, Carlotto e Mariano (2008) também identificam que as mulheres são o principal alvo da política de Assistência Social, por serem as principais interlocutoras para a titularidade no Programa Bolsa Família e também por responder a quaisquer implicações que este programa venha a ter.

As autoras observam que “[...] a mulher-mãe ainda é e continua sendo a interpelada para a participação nas atividades desenvolvidas pelo cumprimento dos critérios de permanência nos programas” (CARLOTO; MARIANO, 2008, p.153).

101

Carlotto e Mariano (2008) apresentam que há aspectos positivos e negativos nessa titularidade dada às mulheres nos programas sociais. Como ponto positivo apontam a valorização das mulheres ao permitir o acesso à renda e ao crédito. Por outro lado, inferem que “a centralidade na mulher-mãe reforça estereótipos sobre a condição feminina dentro de um viés biologicista que coloca como predisposições naturais a função de boa cuidadora no âmbito privado/doméstico” (CARLOTO; MARIANO, 2008, p.161).

Diante de tais elementos faz-se necessário proceder à pesquisa a fim de conhecer a transversalidade de gênero no PAIF e seus desdobramentos a partir da experiência dos/as profissionais deste serviço.

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico ocorreu em cinco estágios: (i) Revisão da bibliografia relacionada ao tema e fichamento dos textos; (ii) Formulação de instrumentais, tais como questionário para entrevista e planilha para avaliar os resultados desta; (iii) aplicação de questionário por meio de formulário eletrônico disponibilizado via Google Docs; (iv) análise de dados, (v) produção textual .

A fonte de pesquisa foi de dados primários (questionário) e secundários, utilizando-se de livros, capítulos de livros, artigos científicos, anais, dissertações de mestrado, teses de doutorado, como também, materiais desta ordem disponibilizados em meios eletrônicos e outras produções teóricas neste campo do saber.

102

Faz-se útil observar que a revisão bibliográfica é uma parte importantíssima da pesquisa, pois com a ausência desta etapa qualquer pesquisa científica torna-se inviável (MINAYO, 2008).

A pesquisa que se realizou classifica-se como exploratória, uma vez que permite conhecer o fenômeno em estudo, proporcionando uma visão aproximativa sobre ele (GIL, 1999).

Quanto à natureza, a pesquisa classifica-se como qualitativa-quantitativa. Opta-se por realizá-la qualitativamente, uma vez que “[...] seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (GOMES, 2008, p. 79). E ao mesmo tempo ao utilizar, também, a abordagem quantitativa pode-se quantificar as informações coletadas na pesquisa qualitativa (MATTAR, 2001).

Em relação à classificação quanto a escolha do objeto de estudo, optou-se por utilizar amostragens não-probabilísticas acidentais, por terem sido escolhidas de acordo com a conveniência do pesquisador.

Adotou-se a aplicação de questionário autoadministrado como técnica de coleta de dados, na modalidade *online*, utilizando o formulário *Google Docs* que se configura como um formulário simples e que não exige um alto grau de conhecimento de informática para o respondente.

Para análise de dados empregou-se a técnica “análise de conteúdo”, que segundo Bardin (1977) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa alcançar por meio de procedimentos, sejam eles qualitativos ou quantitativos, indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos à realidade pesquisada. Desta forma, a análise de conteúdo é um método que busca colocar em evidência o que está em segundo plano, para além do que está dito ou escrito, ao buscar outros significados intrínsecos na mensagem do comunicador, enriquecendo a tentativa exploratória.

A análise de conteúdos foi efetuada em três fases, como sugere Campos (2004): (i) Fase da pré-exploração do material ou de leituras flutuantes do *corpus* das entrevistas; ii) Seleção das unidades de análise: análise das repostas cedidas ao pesquisador; iii) Processo de categorização e sub-categorização.

103

O projeto foi submetido à Coordenação da Política de Assistência Social (GEPAS) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para obtenção da liberação para aplicação do questionário aos/as servidores/as que atuam nos CRAS.

Na pesquisa realizada elegeu-se como amostra os 34 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Belo Horizonte. O questionário foi aplicado a um/a técnico/a de nível superior por equipamento. Esperou-se ter como retorno a devolução de, no mínimo, trinta por cento dos questionários encaminhados aos profissionais devidamente preenchidos. Sendo que a pesquisa contou

com a devolução de 17 questionários, ou seja, 50% da quantidade pretendida.

Desse modo, através do material coletado e deste percurso metodológico, buscou-se compreender as dimensões da transversalidade de gênero no PAIF por meio dos sujeitos pesquisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ressalta-se que este estudo trata-se de uma iniciativa para conhecer a transversalidade de gênero no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e, deste modo, os elementos apresentados a seguir são um esboço do modo em que esta transversalidade vem sendo executada neste serviço em Belo Horizonte.

104

É possível afirmar que entre os/as respondentes quatro têm entre 25 a 29 anos, cinco têm entre 30 a 34, seis entre 35 a 39 e uma entre 40 a 44. Quanto ao gênero: 14 se declaram como feminino e 3 como masculino. Quanto ao quesito cor/raça: sete se declaram como pardos/as, seis como brancos/as e quatro como pretos/as. Em relação à formação acadêmica: 11 são assistentes sociais e 6 são psicólogos/as, sendo que apenas um declarou não ter havido discussões específicas de gênero na graduação. Destes/as, 13 possuem pós-graduação.

Foi possível observar que a maioria dos/as respondentes possui pós-graduação em nível de especialização sem vinculação com a temática de gênero, entre elas: Instrumentalidade do Serviço Social, Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, Clínica Sistêmica, Gestão e Elaboração de Projetos, etc. E 4 pessoas, das que trabalham com os/as respondentes, realizaram formação complementar em gênero, duas por meio de especialização, uma através de extensão e outra por meio de mestrado acadêmico, cujo objeto de estudo foi gênero.

É possível elencar os conceitos sobre gênero, formulados pelos/as respondentes, de duas formas: (i) feminino e masculino como construtores indenitários; (ii) feminino e masculino como categoria/construção social.

A segunda respondente conceitua gênero fazendo menção à subjetividade e identidade: “Gênero diz respeito à formação identitária e subjetiva dos sujeitos e que leva em consideração suas escolhas afetivas, sexuais, etc. É algo que vai além da simples determinação de sexo”.

Discorrendo sobre gênero, a oitava respondente formula um conceito nos seguintes termos:

Gênero é uma categoria social criada a partir da percepção de que há diferenças históricas, sociais e culturais entre os sexos. A definição da categoria permitiu uma compreensão maior sobre o modo de vida, os papéis, significados e comportamentos assumidos por ambos os sexos ao longo dos séculos, ganhando especificidade a partir dos anos 80 com o crescimento do movimento feminista (OITAVA RESPONDENTE).

105

É importante observar que apesar de alguns dos entrevistados terem considerado, apenas, o aspecto identitário de gênero, e outros o aspecto social, sem estabelecer uma correlação entre ambos, é pertinente relacioná-los, uma vez que, à medida que gênero se coloca como construção social, contribui para a formação de identidades, sendo por meio das relações sociais e de suas representações que os sujeitos se constituem.

Louro (1997) contribui para esta análise e reflexão teórica ao reconhecer que é no âmbito das relações sociais que os gêneros são

construídos; são nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação que se constroem os gêneros.

A partir dos relatos dos/as respondentes é possível perceber o cruzamento de gênero com outras categorias, tais como: cultura; educação; família, sociedade, trabalho, política, raça/etnia, classe, religião, economia, leis, entre outras, ou seja gênero estabelece uma ampla conexão com diversas dimensões da vida, intensificando os seus efeitos sobre a vida das pessoas quando aliado a outras dimensões. Como bem observa o terceiro respondente, “[...] essas dimensões podem contribuir para uma construção da identidade do sujeito de uma forma mais ou menos conflituosa” em relação ao gênero. Com isso se quer dizer que tais elementos quando correlacionados podem ser mais ou menos impactantes nas relações de gênero, nunca sendo neutros.

106

Algumas dessas categorias são contempladas nos estudos de Bandeira e Almeida (2013, p.39), quando afirmam que “a enorme diversidade das mulheres aponta para a necessidade de se estabelecer políticas que contemplem o cruzamento de gênero com outras categorias, como raça, classe e geração” e ao avaliarem que há rebatimentos na vida das mulheres por meio da

[...] influência de outros fatores estruturais na sua reprodução e ampliação: as mudanças sociodemográficas que interferem no perfil do emprego; o papel do Estado no mundo globalizado; os desafios colocados pela diversidade étnico-racial; as alterações que vêm ocorrendo nos múltiplos arranjos familiares; as mudanças no tradicional padrão da divisão sexual do trabalho e nos padrões da sexualidade, dentre outros (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013, p.44).

Desta forma, na oferta de políticas públicas, é extremamente importante relacionar gênero a outras categorias analíticas para

não se perder diante das especificidades vivenciadas pelas mulheres e por outros grupos minoritários que sofrem com os reflexos da desigualdade, principalmente quando fazem intersecções com outros condicionantes. Diante da diversidade de elementos apontados torna-se claro que os/as profissionais pesquisados percebem essas dimensões através do trabalho realizado, mesmo considerando que alguns apontaram elementos mais densos que outros.

Foram relatadas diversas implicações das questões de gênero na vida dos/as usuários do PAIF, destacaram-se: reprodução e cuidado da família pelas mulheres; dupla jornada de trabalho; mulher como referência familiar; submissão da mulher ao homem; mulher como responsável pela educação de filhos; violência contra a mulher; maior participação de mulheres nos espaços públicos relacionados à responsabilidade sobre a família (reuniões, oficinas, grupos, escola). Tais menções podem ser exemplificadas por meio dos relatos do décimo segundo respondente e do décimo primeiro respondente:

107

A maior parte do público atendido pelo PAIF são mulheres, em geral beneficiárias do Programa Bolsa Família. São assim responsabilizadas pela reprodução e cuidados da família, muitas vezes tal fato acarreta dupla jornada de trabalho, já que o benefício em si não garante o sustento da família. Assim sendo as mulheres, são as referências das suas famílias, tanto para a assistência social, para a saúde e para a educação. Não existem programas que tratem diretamente da transversalidade de gênero e suas implicações na vida das famílias (DÉCIMO SEGUNDO RESPONDENTE).

a forma como as famílias se organizam, a definição dos papéis nesta família que interfere diretamente na forma como se relacionam, na questão do trabalho e educação dos filhos. Por exemplo, o fato de achar que a mulher é a única responsável pela educação e referência familiar,

sendo, geralmente, ela a única a ser convidada para tratar das questões referentes à família (DÉCIMO PRIMEIRO RESPONDENTE).

A partir da observação e análise de tais elementos, torna-se evidente que a mulher atendida no PAIF é responsabilizada pela reprodução da família, tanto dentro de casa quanto no espaço público, inclusive, é perceptível que parte da responsabilidade pela reprodução extraluar é da própria política de Assistência Social que elege a mulher como referência familiar, ou seja, a torna responsável por responder sobre as questões pertinentes à família. Com isso não se deixa de considerar que ao colocar as mulheres no centro da política de Assistência Social se pretenda sobrecarregá-la, contudo, na prática, é isso que parece estar acontecendo.

108

Tais considerações convergem com as observações de Carloto e Mariano (2008) sobre a condição da mulher como responsável pelos cuidados domésticos e familiares, tal condição atua como uma extensão ao padrão biológico. Por essas razões, Sardenberg (2010, p. 47) contribui dizendo sobre “[...] a necessidade da transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas [...]” (SARDENBERG, 2010, p. 47) como forma de “[,,,] garantir a promoção social, econômica, política, cultural etc. das mulheres” (SARDENBERG, 2010, p. 47), uma vez que

gênero organiza e legitima não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes mas, também, a divisão sexual de direitos e responsabilidades, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias etc (SARDENBERG, 2010, p.47).

Sobre transversalidade de gênero surgem diversas compreensões que a abordam como ação para garantir a equidade e igualdade de

gênero, entre elas está a definição do primeiro respondente e do quinto respondente:

Em meu entendimento, a transversalidade de gênero busca a superação das desigualdades e diferenças entre homens e mulheres que ocasionam discriminação, preconceito, exploração de um gênero sobre o outro (PRIMEIRA RESPONDENTE).

Diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, a possibilidade de acesso democrático à garantia de direitos iguais sem distinção de gênero (QUINTO RESPONDENTE).

É notável, também, a presença de conceitos que fogem da noção de transversalidade ou que se distanciam da construção teórica acerca desse tema, como o apresentado pelo décima segunda respondente, “A transversalidade seria o quanto esse ‘modo’ de ser atribuído a cada gênero interfere/atravessa e contribui para a desigualdade de oportunidade entre homens e mulheres”, apresentando justamente o inverso do que se pretende.

109

Os conceitos que mais contemplam a perspectiva da transversalidade de gênero são aqueles que fazem menção a equidade e igualdade de gênero, uma vez que, transversalizar gênero, é uma forma de garantir às mulheres os seus direitos, levando em consideração os rebatimentos das desigualdades que estas vivenciam na sociedade. É uma forma de reverter os mecanismos criados para tornar a diferença em desigualdade.

Sardenberg corrobora com esta análise, alegando que “[...] trabalhar com um enfoque de gênero implica em reconhecer, desvendar e levar em consideração estes fatos, procurando desenvolver estratégias que contribuam para o desmonte dessas relações desiguais entre os seres humanos” (SARDENBERG, 2011, p. 46).

Logo, trabalhar em uma perspectiva de transversalidade de gênero pode significar a criação de estratégias para garantir a obtenção de mecanismos materiais e simbólicos, emanados do interior do próprio Estado, que seja capaz de garantir às mulheres e aos demais grupos subalternizados a segurança de igualdade de direitos de forma equânime, por meio do reconhecimento da necessidade de implementar “[...] programas específicos e políticas compensatórias que possam criar as condições para uma efetiva igualdade de gênero, contribuindo, também, para o empoderamento das mulheres” (SARBENBERG, 2010, p. 50).

110

Aproximadamente 71% dos/as respondentes afirmaram desenvolver a transversalidade de gênero no PAIF. As ações citadas como materialização desta transversalidade abordam diversas perspectivas de trabalho com gênero, que abarcam desde ações pontuais a ações mais complexas e com maior planejamento. Neste campo, observa-se o enfoque maior em ações coletivas do que em atendimentos individualizados (GRÁFICO 1).

O oitavo respondente relata que está

[...] implementando o acompanhamento em grupo com mulheres, referências de suas famílias, a fim de se fazer emergir e refletir sobre as suas principais questões, sobretudo aquelas que dizem dos encargos da mulher pobre, negra ou de origem negra, chefes de família e, muitas vezes, vítimas de algum tipo de violência física, psicológica e social (OITAVA RESPONDENTE).

Outra experiência que este mesmo CRAS aponta é o projeto de Graffiti direcionado para meninas por ser

[...] uma ação de cunho preventivo, voltada para as jovens mulheres da comunidade [...], cujo objetivo é criar um espaço de sociabilidade que permita a reflexão das questões que permeiam a vivência dessas jovens no território e na cidade

por meio da prática do graffiti. Além disso, busca problematizar o lugar da mulher no espaço público em relação ao privado, questionar os papéis socialmente atribuídos a ela e, provocar uma reflexão sobre raça, segregação e desigualdade social (OITAVA RESPONDENTE).

O Projeto Graffiti parece ser uma estratégia interessante de trabalhar a transversalidade de gênero, uma vez que se utiliza de uma atividade reconhecida hegemonicamente como masculina para trabalhar questões que perpassam o campo da produção e reprodução, apontando formas de superar a lógica opressora de manutenção de papéis atribuídos a homens e mulheres em sociedade.

Entre as ações citadas, as que demonstram maior ousadia e clareza metodológica são as mencionadas pela oitava respondente. É interessante a ideia de um grupo voltado para mulheres jovens que permita a reflexão sobre a condição da mulher negra na sociedade, que visa desnaturalizar a desigualdade de gênero por meio de estratégia lúdica e criativa.

111

Os/as profissionais indicaram diversas ações que são realizadas nos CRAS, onde é possível perceber este órgão público como um espaço rico de oportunidades para a execução da transversalidade de gênero. As ações dos CRAS podem ser divididas em alguns eixos, tais como: oficinas, encaminhamentos, atendimentos e acompanhamentos (individuais e familiares), mobilizações, reuniões, visitas, execução de projetos e programas, atividades de produção, serviços voltados para a convivência e o fortalecimento de vínculos e outras mais genéricas.

É importante apontar que as capacitações foram mencionadas algumas vezes nesta pesquisa. Mesmo diante da limitação que alguns indicaram, podem servir como um espaço rico para troca de

experiências para a transversalidade de gênero, como um ambiente de formação e de sensibilização dos/as atores/atrizes envolvidos/as.

Para desenvolver a transversalidade de gênero os/as profissionais entrevistados/as apontam diversas ações; grupo de convivência, de mulheres, de idosos/as; atendimentos; acompanhamento em grupo com mulheres; oficina de reflexão; ações particularizadas e ações coletivas com ênfase na reflexão; ações do Bolsa Família; encaminhamento para rede de proteção e prevenção. Ao citar as ações alguns/algumas mencionam o conteúdo da abordagem: sexualidade, preconceito, discriminação, autoestima, violência de gênero. Alguns/algumas indicam os recursos utilizados: filmes, poesias, fotos. E outros, ainda, revelam que objetivam alcançar o empoderamento de mulheres e trabalhar gênero não apenas com mulheres, mas, inclusive com sujeitos violadores dos direitos das mulheres e de outras minorias sexuais.

112

Com base nas ações realizadas no CRAS e aquelas direcionadas especificamente para a transversalidade de gênero, é perceptível que as questões de gênero cruzam o trabalho do CRAS e, conseqüentemente, este é um lugar prenhe de possibilidades para se executar a transversalidade de gênero. Todavia, percebe-se a ausência de um orçamento e de um planejamento específico para este fim. Não é fácil implementar políticas públicas que verdadeiramente incorporem a transversalidade de gênero, como bem observa Sardenberg (2010, p.49), contudo se não houver uma rigorosa metodologia para a sua aplicação isso se tornará ainda mais difícil, pois “para bem utilizar a transversalização como uma estratégia é, certamente, recomendável delinear, o que se quer transversalizar e o que se espera obter com isso”, ou seja, é preciso planejar e é preciso haver garantia orçamentária para a execução do planejamento.

A responsabilidade pela execução da transversalidade aparece direcionada tanto aos/as profissionais quanto à instituição, todavia, em algumas respostas, ambos são responsabilizados, como se pode observar no gráfico 2. Desta forma, aproximadamente, 29% responsabilizam apenas o profissional, 29% atribuem a responsabilidade apenas à instituição, 24% não responderam, 18% impuseram a responsabilidade tanto a instituição quanto ao profissional.

Diversos discursos dos/as profissionais ilustram este gráfico. À exemplo dos que responsabilizaram tanto a instituição quanto os/as profissionais está a décima primeira respondente: “Acredito que depende de ambos. Do profissional no interesse e envolvimento pela questão e da instituição no sentido de oferecer capacitação para isto”. A décima sexta respondente classifica como uma prática “Institucional, visto que é uma diretriz a ser trabalhada”. Entre os CRAS que indicaram ser uma atribuição profissional, vale explicitar as colocações do décimo quinto, da oitava e da décima quatorze respondentes, respectivamente:

113

Depende muito da consciência e do esforço dos técnicos e equipe (DÉCIMO QUINTO RESPONDENTE).

Depende de uma iniciativa profissional. Desde que chegamos ao equipamento não houve nenhuma diretriz ou capacitação ou consideração por parte da gestão sobre considerar a questão de gênero para o trabalho no CRAS” (OITAVA RESPONDENTE).

Depende da iniciativa dos profissionais que são mais sensíveis à temática e também do seu conhecimento prévio sobre o assunto. Por não haver capacitações contínuas incentivadas pela prefeitura é fundamental que o técnico se prepare para trabalhar a temática, caso contrário, ao invés de promover uma discussão crítica sobre a realidade pode acabar reproduzindo o senso

comum de inferioridade das mulheres (DÉCIMA QUATORZE RESPONDENTE).

A décima quatorze respondente ao afirmar a importância das capacitações institucionais como objeto de formação para além do senso comum aponta um elemento essencial para o desenvolvimento de uma boa transversalidade de gênero, uma vez que culturalmente os sujeitos sociais aprendem a agir privilegiando um sexo em detrimento do outro e um profissional que não supere este modo de compreender a realidade e de agir está fadado a fracassar em sua atuação profissional, mesmo que deseje fazer o oposto.

A partir de tais posicionamentos, pode-se avaliar que a responsabilização profissional se deve ao

[...] fato de boa parte das políticas públicas não considerar a condição de gênero como estruturadora do campo das relações sociais, mas acessório opcional das ações dos indivíduos ou aspecto particular. Gênero, como categoria a ser transversalizada, corre o risco de emergir ocasionalmente, dependendo do critério pessoal daqueles/as que desenham ações governamentais e sendo banalizado como simples artifício para se dar a falsa impressão de que está sendo tratado em sua plenitude (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013, p.45).

Consequentemente, para evitar a culpabilização dos/as técnicos/as que atuam na política de Assistência Social, torna-se “[...] fundamental o trabalho de sensibilização e a capacitação de gestores para necessidade de atuar de forma transversal” (NATALINO, 2009, p. 780).

Por outro lado, se os gestores públicos assumirem as suas responsabilidades quanto à transversalidade será possível que trabalhadores e gestores tornem-se corresponsáveis pelo processo de transversalidade de gênero, uma vez que “[...] sua aplicação

implica desenho institucional que favoreça relações menos marcadas pela hierarquia, pela centralização e que sejam mais aderentes a modelos de gestão lateral, nos quais os atores reúnem-se com interesse de cooperar para alcance de objetivo comum” (NATALINO, 2009, p. 780).

Desta forma, é condição *sine qua non* para a execução da transversalidade de gênero que os gestores, como administradores da máquina pública, criem as condições necessárias e favoráveis para sua exequibilidade.

Em termos gerais, aqueles/as que informaram não desenvolver a transversalidade de gênero alegaram ausência de formação sobre a temática, excesso de trabalho e pouca reflexão sobre o trabalho desenvolvido. Além disso, afirmaram que os recursos disponíveis para trabalhar a transversalidade de gênero são recursos humanos, materiais e financeiros do PAIF, sendo escassos/insuficientes.

115

A décima quatorze respondente informa que “apesar de importante, não é realizado um trabalho com os homens, pois não temos grupos direcionados para o público masculino, que acessa pouco o CRAS”. (DÉCIMA QUATORZE RESPONDENTE), corroborando com os apontamentos da nona respondente ao ponderar que o enfoque não pode estar apenas sobre a mulher.

O pouco acesso dos homens ao CRAS talvez possa ser explicado pelo excesso de investimentos em mobilização de mulheres, sendo que em contrapartida os homens raramente são convidados a se fazer presente neste órgão público ou, pelo menos, concomitantemente responsabilizados pelas questões da família. Parece haver a concordância dos gestores e profissionais com a divisão de responsabilidades atribuídas a homens e mulheres de forma desigual na sociedade.

Sardenberg (2010) destaca a necessidade de promover programas voltados para homens, a fim de torná-los sensíveis às questões de gênero, como forma de promoção da equidade neste campo.

Apesar de justificarem o não desenvolvimento da transversalidade pelo fato de não terem formação sobre a temática, em alguns momentos, no preenchimento do questionário, aparecem afirmações sobre capacitações específicas em gênero por parte dos/as respondentes, entretanto, quase sempre, essas menções aparecem ligadas a adjetivos que expressam a precariedade dessas capacitações.

Algo que merece atenção é a menção ao excesso de trabalho e a consequente e limitada reflexão sobre o desenvolvimento do trabalho. Não se pode negar que transversalizar gênero exige um exercício reflexivo e de planejamento, logo sem condições efetivas para isso, é possível que os/as profissionais passem a desenvolver o trabalho mecanicamente, sem levar em conta questões tão importantes como as de gênero.

Quase 60% dos/as entrevistados/as indicaram não receber orientações do órgão gestor sobre questões correlatas a gênero e, aproximadamente, 40% responderam que recebem essas orientações. Entre os/as que responderam afirmativamente, declaram que elas são pontuais, superficiais, esporádicas, inclusive, indicando que ocorrem por meio de “discussões, troca de experiências, impressões” ou em capacitações genéricas. Em alguns momentos, a Coordenadoria dos Direitos da Mulher (COMDIM) é citada, mas sem o estabelecimento de uma parceria sólida ou de um calendário continuado com a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social ou com as Secretarias de Administração Regional Municipal.

Quando ocorrem, as orientações sobre gênero se dão por meio de palestras (nível regional), capacitações, campanhas, reuniões de

equipe, formação da COMDIM (nível regional), discussões, troca de experiências, impressões, fóruns; seminários, palestras e folhetos.

A décima sétima respondente afirma receber essa orientação nos seguintes termos: “apesar de muito superficial e esporádica, a temática se faz presente pela Secretaria através de campanhas, fóruns e seminários”. Somada a esta perspectiva está a resposta da segunda respondente quando discorre sobre este quesito: “Em capacitações, de forma superficial e muito pontual”.

Sobre a existência de orientações técnicas ou normas técnicas acerca do trabalho com gênero no âmbito do PAIF, 35% responderam que não existem, 29% que desconhecem, 24% que existem e 12% se isentaram de responder à questão (GRÁFICO 3)

É importante observar que entre os/as respondentes, dois citaram o “Caderno de Metodologia do PAIF” como sendo esta norma ou orientação para o trabalho com gênero, e uma o citou, mas inferindo que “[...] não abordam questões específicas relativas ao trabalho de gênero” (DÉCIMA NONA RESPONDENTE). Por outro lado, a segunda respondente identifica nas orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome considerações sobre as relações de gênero no âmbito familiar.

117

De todo modo, é importante ressaltar que os Cadernos de Orientações Técnicas sobre o PAIF não tratam das questões de gênero de forma clara ou como orientações para este fim, apenas sugerem que essas questões sejam inseridas nas atividades do PAIF, assim como tantas outras que tratam de minorias.

Pode-se perceber que as orientações ocorrem de modo esporádico, sendo que a maioria dos/as pesquisados/as informaram o ano de 2014 como referência para o recebimento de orientações. Tais orientações foram recebidas por veículos de comunicação, tais como: palestras;

folhetos, textos, vídeos, charges, oficinas, capacitações e materiais impressos. Os/as respondentes afirmam que as secretarias citadas utilizam meios de comunicação formais e informais para subsidiar o trabalho na perspectiva de gênero. Como documentos formais foram citados: Orientação/Norma Técnica sobre gênero: Caderno de Metodologia do PAIF; Orientações do MDS. Muitos afirmaram desconhecer a existência de orientações.

Sobre parte dos/as respondentes afirmarem não receber formação ou orientação acerca da temática de gênero e justificar a não execução da transversalidade em razão de sobrecarga de trabalho, faz-se importante refletir a partir das colocações de Sardenberg (2010, p.63):

Sabe-se [...] que promover mudanças profundas como objetiva a abordagem de equidade de gênero requer muito mais do que apenas 'boas intenções'. Ela exige a formação de pessoal não apenas comprometido, mas também, habilitado na análise e planejamento de gênero, uma formação que não é algo que possa ser alcançado a curto prazo.

118

A formação dos/as profissionais precisa fazer parte do processo de trabalho, uma vez que estes/estas estão a serviço de uma instituição pública e se qualificam para melhor servir aos/as usuários/as dela. Logo, é inconcebível que capacitações permanentes em gênero não façam parte da rotina desses/as trabalhadores/as.

Sobre os recursos disponíveis para executar a transversalidade de gênero, a maioria dos/as respondentes afirmou utilizar os recursos do PAIF, ou seja, de modo geral, indicaram não haver destinação específica para este fim. Segundo a primeira respondente, são utilizados "todos os recursos disponíveis no CRAS (humanos, financeiros, materiais), sendo utilizados de acordo com a preferência/necessidade de cada técnico".

Acerca da existência de estímulos ou investimento para a realização de ações transversais de gênero, 65% negaram a existência, 35% afirmaram existir. Os que afirmaram a existência citaram como exemplo: capacitações das equipes de forma pontual; capacitação por meio de parceria com a COMDIM; por meio de projetos como o Projeto “Família Cidadã”, reuniões intersetoriais, etc.

Parcerias para desenvolver a transversalidade são realizadas entre os CRAS e Centro de Saúde, INSS, ONGs, Núcleo de Prevenção à Criminalidade, Escolas, Delegacia especializada, Centro de Apoio à Mulher “Benvinda”, UFMG, Movimentos Feministas, Centro de Referência LGBT, COMDIM. As parcerias ocorrem por meio de mobilização, planejamento, execução, avaliação das atividades, atividades conjuntas, encontros de formação sobre gênero, seminário municipal sobre direitos da mulher, seminários diversos, encontros, sessão de filmes, teatro.

É claramente perceptível no material coletado que as menções aos investimentos/estímulos e parcerias estabelecidas não retrata uma homogeneidade, ficando algumas iniciativas a cargo das secretarias de administração regional sem nenhuma aparente conexão com a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte. Desta forma, alguns/algumas trabalhadores/as são favorecidos com elementos para o trabalho na perspectiva transversal de gênero que não chega ao conhecimento e ao acesso dos/as demais. Parece não haver uma direção única para o trabalho com gênero e nem mesmo uma metodologia própria e adequada.

119

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado, neste trabalho, por meio da revisão bibliográfica, gênero é compreendido como uma categoria analítica que busca entender como se dão as relações sociais entre os sexos, cujas relações ocorrem baseadas no pressuposto equivocado de que o

sexo feminino é inferior ao masculino, tomando-se como medida as características físicas de cada um deles. Tal conceito também aparece nas entrevistas realizadas, além de outros como a compreensão de gênero como elemento formador da identidade dos sujeitos e como uma construção social.

Por conseguinte, pode-se verificar que a transversalidade de gênero tem se colocado como uma ferramenta redutora da desigualdade entre homens e mulheres, com o intuito de empoderá-las, por meio do acesso e usufruto aos seus direitos. A transversalidade de gênero, se bem utilizada, pode servir aos atores/atrizes das políticas públicas como mecanismo de construção de garantia de direitos de mulheres e de grupos minoritários, impedindo que as políticas públicas sejam pensadas executadas a partir de uma lógica machista e sexista, como vem ocorrendo historicamente.

120

Através da amostra coletada, percebe-se que a transversalidade de gênero no PAIF de Belo Horizonte ainda é bastante incipiente, apesar de a maioria dos/as respondentes terem indicado esforços para que ela aconteça, a despeito da precária formação para esta finalidade e dos poucos recursos, o que tem a ver diretamente com a ausência de capacitações e de processos formativos por parte do órgão gestor ou de parcerias efetivas estabelecidas por este e instituições capazes de ministrá-las. É indispensável que para a transversalidade de gênero ocorrer os/as profissionais se sintam motivados e capacitados para este fim.

A transversalidade de gênero é uma responsabilidade profissional, mas, antes disso, é um encargo institucional, já que o Brasil assumiu essa responsabilidade ao ratificar a Plataforma de Ação da IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Pequim, 1995. Logo, as instituições públicas e, neste caso, o órgão gestor que responde pela política de Assistência Social no município de

Belo Horizonte precisa estar afinado com as orientações acerca da transversalidade de gênero que emanam do governo federal.

Outra questão que merece destaque é a ausência de dotação orçamentária específica para este fim. Se a transversalidade de gênero não for vista como um elemento balizador na forma de se fazer política pública e se for executada sem um orçamento específico não passará de mais uma ação dentre tantas outras a serem realizadas de modo tafetista, como apareceu nesta pesquisa por meio dos relatos de alguns/algumas entrevistados/as.

Desta forma, é urgente que os/as gestores/as públicos compreendam que a boa execução da transversalidade de gênero necessita de, no mínimo, a garantia de três elementos: orçamento, planejamento e formação continuada. Esses três elementos precisam andar bem amarrados, uma vez que para planejar precisa-se saber a quantidade de recursos disponíveis para a execução do serviço e para se planejar é necessário conhecer o que e como se quer efetivar a transversalidade de gênero. Não basta fazer, é necessário fazer de modo a atingir objetivos e para isto é urgente a construção de normativas/orientações/instruções que conduzam os/as profissionais de forma coesa à transversalidade de gênero. Em suma, não se faz política pública cada um fazendo a seu modo.

É relevante mencionar, também, a inquietação que diversos profissionais apontam ao responder o questionário, acerca do foco permanente e inflexível sobre as mulheres no âmbito do trabalho social com famílias. Trabalhar na perspectiva de gênero representa ir além do trabalho com um único sujeito, a mulher-heterossexual-mãe de família. É preciso que o homem também seja ouvido, seja alvo de mobilizações, seja chamado à responsabilidade por seu grupo familiar, que participe de discussões que tratem de violência doméstica, de papéis sociais, de desconstrução dos argumentos

construídos historicamente para beneficiá-lo em detrimento da subalternização e redução dos direitos das mulheres, de formas e tipos de masculinidades não hegemônicas. Além disso, é preciso e urgente abrir as portas do PAIF para sujeitos com identidades subalternizadas, como gays, lésbicas, travestis, transexuais. É necessário trabalhar gênero aliado a outros condicionantes de vulnerabilidade, tal qual raça/etnia, classe social, território, entre tantos outros.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as **Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília, jan. 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra_public_lourdes_bandeira.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

122

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, T. M. C.. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM (UnB)**, v. 2, p. 35-46, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/9735>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, Out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jul.2015.

CARLOTO, Maria Cassia; MARIANO, Silvana. A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 14, v.2, p.153-168, jul. - dez., 2008.

COSTA, Marli M. M. da; PORTO, Rosane, T. Carvalho. A Transversalidade das Políticas Públicas de Gênero: um caminho para efetivação dos direitos sociais da mulher. IN: **II Simpósio Internacional de Direito: dimensões materiais e eficaciais dos direitos fundamentais**. Chapecó: Editora Unoesc, v.1, n.1, 2012, p. 455-467.

GIFFIN, Karen Mary. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 190-200, Junho1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1991000200005>. Acesso em:01jun. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. IN:MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 79-108.

LISBOA, Teresa Kleba. Políticas públicas com perspectiva de gênero; afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças. In: **Anais do Fazendo Gênero**, 2010, nº 9. UFSC, Florianópolis. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946ARQUIVO_Texto.ST_Completo_FG9.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

123

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Mulheres chefiam 93% das famílias atendidas pelo Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/>

noticias/2014/marco/mulheres-chefiam-93-das-familias-atendidas-pelo-bolsa-familia>. Acesso em: 01 jun. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Orientações Técnicas sobre o PAIF:** o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, v.1, 1. ed., 2012.

MUNIZ, André Aristóteles da Rocha. **Homens, masculinidades e política pública de assistência social:** uma análise de gênero no âmbito do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Lavras. Lavras: UFLA, 2011, 176p.

NATALINO, Marco Antonio. Avanços e Desafios da Transversalidade nas Políticas Públicas Federais Voltadas para Minorias. IN: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2009. p. 779-795. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3733>>. Acesso em: 10 maio 2015.

124

PEREIRA, Rosângela Saldanha *et al.* Transversalidade de gênero e políticas sociais no orçamento do estado de Mato Grosso. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 425-450, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 jun. 2015.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Debate Simultâneo: Família, Gênero e Assistência. In: CFESS. **O Trabalho do Assistente Social no SUAS.** Brasília: CFESS, 2011. Debate Simultâneo, p. 118-131.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Sílvia de. **Travessias de gênero na perspectiva feminista** (Coleção Bahianas). Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 37-73.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Márcia S. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice

Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo.

Ensino e Gênero: perspectivas transversais. Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2011, p. 33-48.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p.71-99.

SILVA, T. D. Gestão da Transversalidade em Políticas Públicas. In: **XXXV Encontro da ANPAD**, 2011, Rio de Janeiro. XXXV Encontro da ANPAD, 2011. Disponível em: <www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2041.pdf>. Acesso em: 31 maio 2015.